De teodoro watanabe <totalvisionconsultoria@gmail.com>

Para 7a sl <7a.sl@codevasf.gov.br>

Data quarta-feira 11 de dezembro de 2024 10:56:18

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

À 7ª SR CODEVASF pelo Pregão Eletrônico 90032/2024

Assunto: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90032/2024

Total Vision Engenharia e Serviços pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.467.320/0001-06, com sede em Brasília – DF, QNE 15 Lote 20 Sala 203 cep; 7215125, neste ato representada por seu [Teodoro Takahiro Guimarães Watanabe- Sócio Administrador, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, com fundamento nos princípios constitucionais da legalidade, da isonomia, da razoabilidade e da ampla competitividade, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** do Pregão Eletrônico nº 90032/2024, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir:

I. DOS FATOS

O Edital do Pregão Eletrônico nº 90032/2024 exige, para habilitação, que os licitantes apresentem comprovação exclusiva de capital social no valor mínimo de R\$ 390.000,00 (trezentos e noventa mil reais). Entretanto, desconsidera-se a possibilidade de utilização do patrimônio líquido como alternativa válida para atender ao requisito, mesmo que o patrimônio líquido cumpra a função de garantir a capacidade econômico-financeira do licitante. Tal exigência limita a competitividade do certame, prejudicando empresas que possuem plenas condições de executar o objeto da licitação.

II. DOS FUNDAMENTOS

1. Do Princípio da Isonomia e da Competitividade

Nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666/1993, a licitação deve garantir a isonomia entre os licitantes e buscar a proposta mais vantajosa para a Administração. A exigência de comprovação exclusiva de capital social no montante fixado no Edital restringe o caráter competitivo do certame, impedindo a participação de empresas menores, que possuem condições econômico-financeiras plenamente suficientes para atender ao objeto licitado por meio do patrimônio líquido.

2. Do Excesso de Formalismo

A exigência de capital social em um patamar elevado e de forma exclusiva não está em consonância com o art. 31, §1º da Lei nº 8.666/1993, que estabelece que as exigências de qualificação econômico-financeira devem limitar-se ao indispensável para garantir o cumprimento das obrigações contratuais. O patrimônio líquido é uma forma igualmente válida de atestar a capacidade econômica do licitante, sendo desproporcional a exclusão deste critério.

3. Da Possibilidade de Flexibilização da Exigência

A Lei de Licitações e Contratos permite que a Administração flexibilize as exigências de habilitação, adotando critérios alternativos que assegurem o cumprimento contratual sem comprometer a competitividade do certame. Nesse sentido, propõe-se que o Edital seja ajustado para aceitar o patrimônio líquido como alternativa ao capital social, garantindo maior isonomia entre os participantes.

III. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

- Que seja revista a cláusula do Edital referente à exigência de comprovação de capital social mínimo de R\$ 390.000,00, admitindo-se a utilização do patrimônio líquido como critério alternativo;
- Que seja suspenso o prazo para apresentação de propostas até que haja decisão definitiva acerca desta impugnação;
- Que seja garantido o amplo acesso aos documentos que fundamentaram a fixação do critério impugnado.

Certos da atenção de Vossa Senhoria, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e aguardamos a análise e acolhimento deste pleito.

Brasília – DF 11 de dezembro de 2024

Teodoro Takahiro Guimarães Watanabe

Sócio Administrador